



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE BARRETOS - 0011

[2501 a 3000 processos]

Aos 4 dias do mês de abril de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 5/2018, divulgado em 5/3/2018 no DEJT (Edição 2427/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 936 e 937). Presentes o Juiz Titular RODARTE RIBEIRO e o Juiz Substituto Auxiliar Fixo LUIS FURIAN ZORZETTO. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correccionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	BARRETOS, COLINA, COLOMBIA, GUAIRA, JABORANDI
Lei de Criação:	3.873/61
Data de Instalação:	11/01/1963
Data de Instalação do PJE:	25/06/2014
Data da Última Correição:	22/03/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	19 %
Acervo PJe/Acervo Total:	81 %



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
RODARTE RIBEIRO	19/12/2014

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
19/06/2017 a 18/07/2017	FERIAS
20/11/2017 a 19/12/2017	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/03/2017 a 14/02/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
LUIS FURIAN ZORZETTO	07/01/2017 a 19/12/2017
LUIS FURIAN ZORZETTO	08/01/2018 a 21/03/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
08/02/2017 a 09/03/2017	FERIAS
21/08/2017 a 19/09/2017	FERIAS

NOME	PERÍODO
RINALDO SOLDAN JOAZEIRO	19/06/2017 a 18/07/2017
RINALDO SOLDAN JOAZEIRO	21/08/2017 a 19/09/2017
RINALDO SOLDAN JOAZEIRO	20/11/2017 a 19/12/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
VIRGILIO DE PAULA BASSANELLI	08/02/2017 a 09/03/2017
VIRGILIO DE PAULA BASSANELLI	10/03/2017 a 12/03/2017

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
BEATRIZ VILLELA ARAUJO DE CARVALHO	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	07/02/2011
BENEDITO APARECIDO GONCALVES	REQ	FC-02 ASSISTENTE	14/02/2013
CAMILA ARAUJO PASTUCH	TJA	FC-02 ASSISTENTE	27/07/2005
DAYANE GALORI BARBOSA	ND	FC-01 EXECUTANTE	22/02/2017
ELAINE HERNANDEZ MAURO EIRAS	AJ-OJA	-	28/04/2005
GASTAO CASTRO LEITE DE MELLO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	16/12/2005
JORGE LUIZ DO NASCIMENTO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	25/02/1998
JOSE ROBERTO JOI	AJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	04/06/1993
MARCELO ANDRE SILVA DE REZENDE	AJ-OJA	-	17/07/2002
MARCIA DOS SANTOS BARBOSA SOUZA	AJA	-	09/01/2001
NILSON ANTONIO SANTANA	AJA	FC-02 ASSISTENTE	14/10/2005
NORMAN LILIAN MOREIRA PIRES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	22/02/2017
TERESA CRISTINA GARCIA DE OLIVEIRA CUNHA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	05/10/1998
THELMA DE ALMEIDA BARROS CORREA	TJA	FC-04 CALCULISTA	03/11/1992
THIAGO HENRIQUE DE SOUZA	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	10/12/2010
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			11
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			4



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	1
LICENÇA À GESTANTE	120
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	75
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	4
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	6
PARTICIPAÇÃO EM GREVE	7
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE	60
TOTAL	273



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/12/2017]:

(fonte: e-Correção Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
TALITA TELES DE FREITAS	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/11/2017
TARCISIO BOTELHO DE PAULA FILHO	MUNICÍPIO DE BARRETOS	24/07/2017
TIAGO SILVA SFORCINI	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
LUIS FURIAN ZORZETTO	15
RINALDO SOLDAN JOAZEIRO	30
RODARTE RIBEIRO	89

SERVIDORES	HORAS
CAMILA ARAUJO PASTUCH	40
JOSE ROBERTO JOI	140
NILSON ANTONIO SANTANA	200



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	2.846	1.638	---
	Aguardando encerramento da instrução	1.265	1.050	---
	Aguardando prolação de sentença	25	183	---
	Aguardando cumprimento de acordo	744	483	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.917	1.750	---
	Pendentes de finalização	6.797	5.103	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	708	421	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	438	317	---
	Pendentes de finalização	1.146	739	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.056	1.240	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	101	108	---
	Pendentes de finalização	1.157	1.352	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	1	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	62	23	---
TOTAL		9.163	7.217	---

CORREIÇÃO ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	2.652	1.584	---
	Aguardando encerramento da instrução	1.327	1.089	---
	Aguardando prolação de sentença	48	167	---
	Aguardando cumprimento de acordo	541	394	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	6.334	4.778	---
	Pendentes de finalização	6.403	4.920	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	563	511	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	614	473	---
	Pendentes de finalização	947	821	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.024	1.176	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	214	620	---
	Pendentes de finalização	1.172	1.325	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	110	89	---
TOTAL		8.632	7.155	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	187	166	72
Exceções de Incompetência	17	30	7
Antecipações de Tutela	229	227	3
Impugnações à Sentença de Liquidação	36	53	50
Embargos à Execução	23	20	60
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	1	0	1
Exceções de Pré-Executividade	0	2	2
TOTAIS	493	498	195

CORREIÇÃO ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	195	168	47
Exceções de Incompetência	23	6	19
Antecipações de Tutela	250	238	14
Impugnações à Sentença de Liquidação	60	30	74
Embargos à Execução	38	49	58
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	4	1	5
TOTAIS	570	492	217



6 - RECURSOS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	724	596	313
Recurso Adesivo	60	45	41
Agravo de petição	46	25	57
Agravo de Instrumento	8	4	8
TOTAIS	838	670	419

CORREIÇÃO ANTERIOR

6 - RECURSOS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	721	658	170
Recurso Adesivo	56	48	31
Agravo de petição	42	26	29
Agravo de Instrumento	22	8	13
TOTAIS	841	740	243



7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	469	321	224	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.754	550	397	---
Total / Média	2.223	502	353	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	471	332	232	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.746	555	412	---
Total / Média	2.217	507	364	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	232	5	25	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	944	8	39	---
Total / Média	1.176	7	36	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	117	270	217	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	287	341	238	---
Total / Média	404	321	233	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	171	1.887	1.965	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	14	2.004	999	---
Total / Média	185	1.895	1.882	---

*Do início até a extinção da execução



CORREIÇÃO ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	533	313	201	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.972	522	352	---
Total / Média	2.505	477	312	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	523	314	206	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.847	515	351	---
Total / Média	2.370	471	311	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	306	5	26	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.081	9	39	---
Total / Média	1.387	8	36	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	107	286	219	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	357	362	228	---
Total / Média	464	344	226	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	381	1.265	1.873	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	17	1.238	1.224	---
Total / Média	398	1.264	1.802	---

*Do início até a extinção da execução

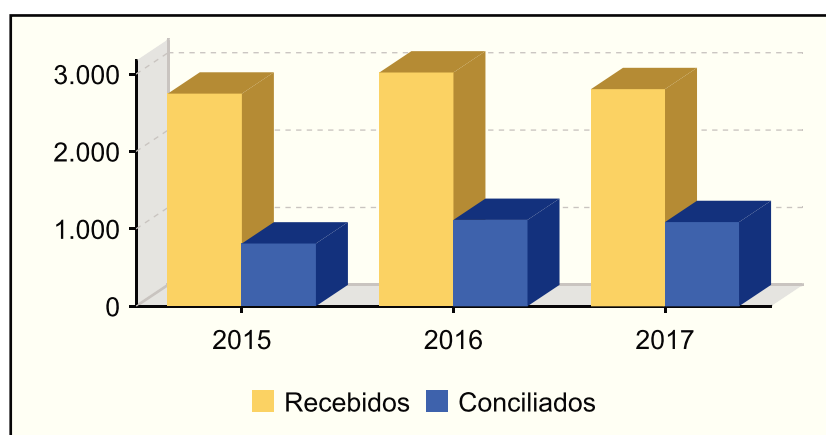


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

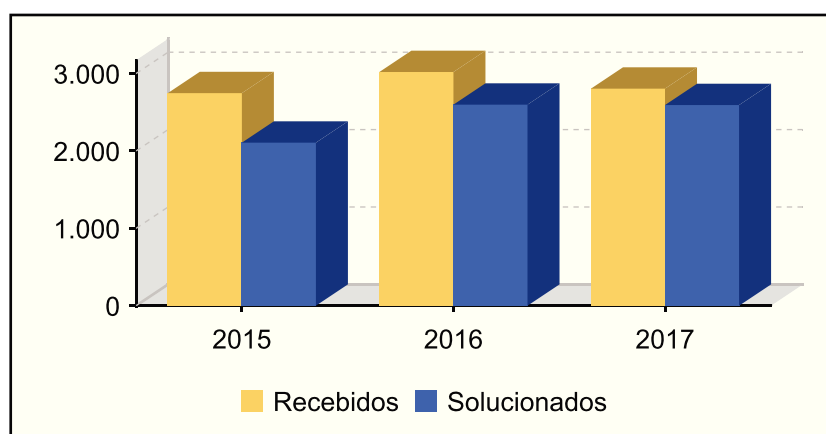
8.1 - Índice de conciliações [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	2.747	810	29,49
2016	3.020	1.115	36,92
2017	2.805	1.087	38,75



8.2 - Índice de soluções [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.747	2.107	76,70
2016	3.020	2.598	86,03
2017	2.805	2.593	92,44



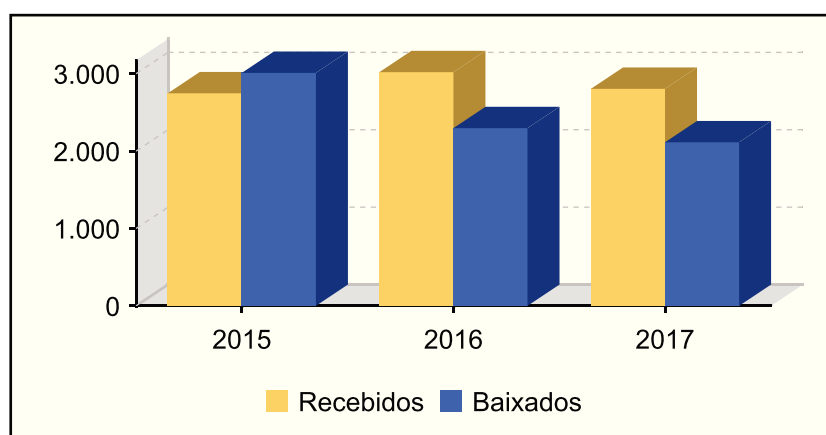


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

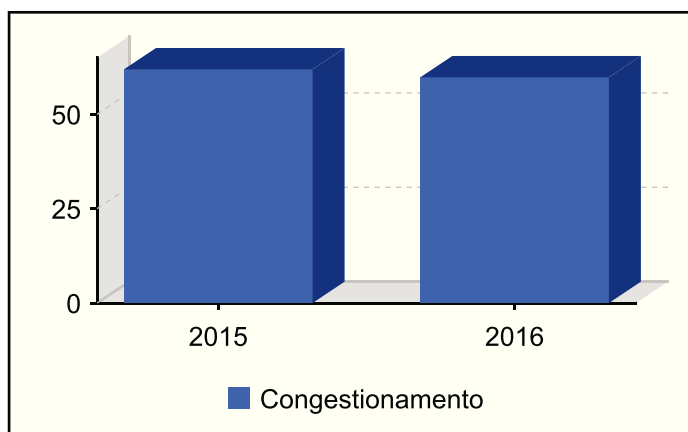
8.3 - Índice de baixas [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	2.747	3.011	109,61
2016	3.020	2.297	76,06
2017	2.805	2.114	75,37



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.786	2.747	2.107	61,92
2016	3.444	3.020	2.598	59,81



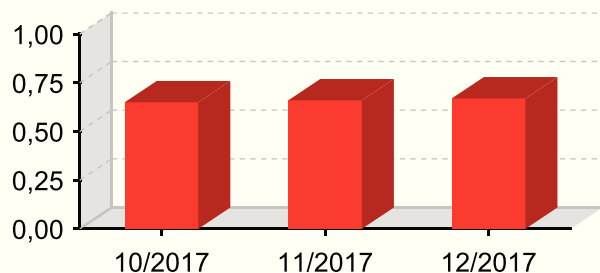


9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

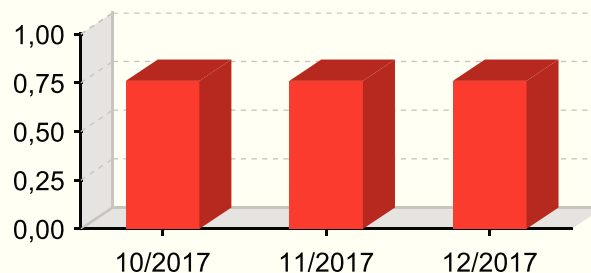
(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	PS	IP	IG
10/2017	0,65	0,76	0,73	0,70	0,67
11/2017	0,66	0,76	0,74	0,70	0,65
12/2017	0,67	0,76	0,74	0,69	0,67

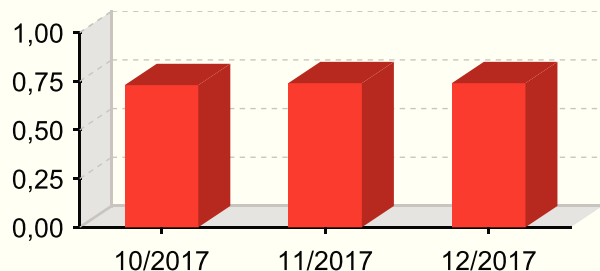
Taxa de Cong. no Conhecimento [TCC]



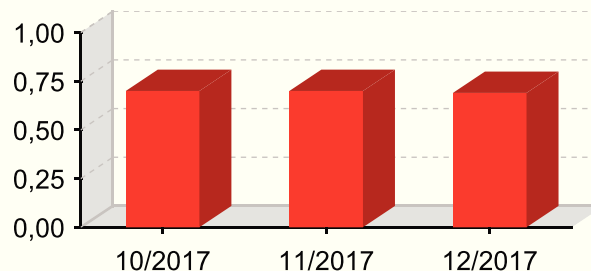
Taxa de Cong. na Execução [TCE]



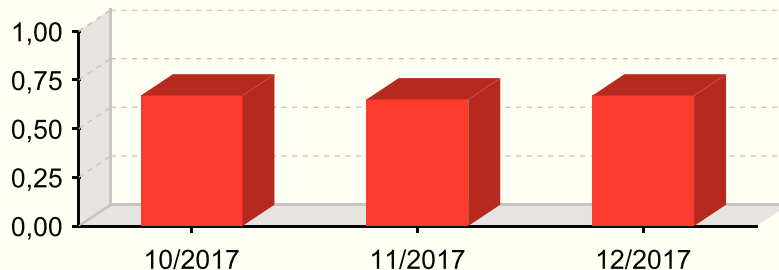
Pendentes de Solução [PS]



Índice de Produtividade [IP]



Índice Geral [IG]





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.087	90,6	45,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.102	91,8	46,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.189	182,4	92,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	404	33,7	17,0
Incidentes Processuais Resolvidos	570	47,5	24,0
Dias-Juiz	713	59,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	30.797	88,5	49,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	35.337	101,5	56,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	66.134	190,0	106,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	10.652	30,6	17,1
Incidentes Processuais Resolvidos	27.335	78,5	43,9
Dias-Juiz	18.699	53,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	131.137	71,4	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	163.612	89,1	56,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	294.749	160,5	101,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.411	26,9	16,9
Incidentes Processuais Resolvidos	114.947	62,6	39,4
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

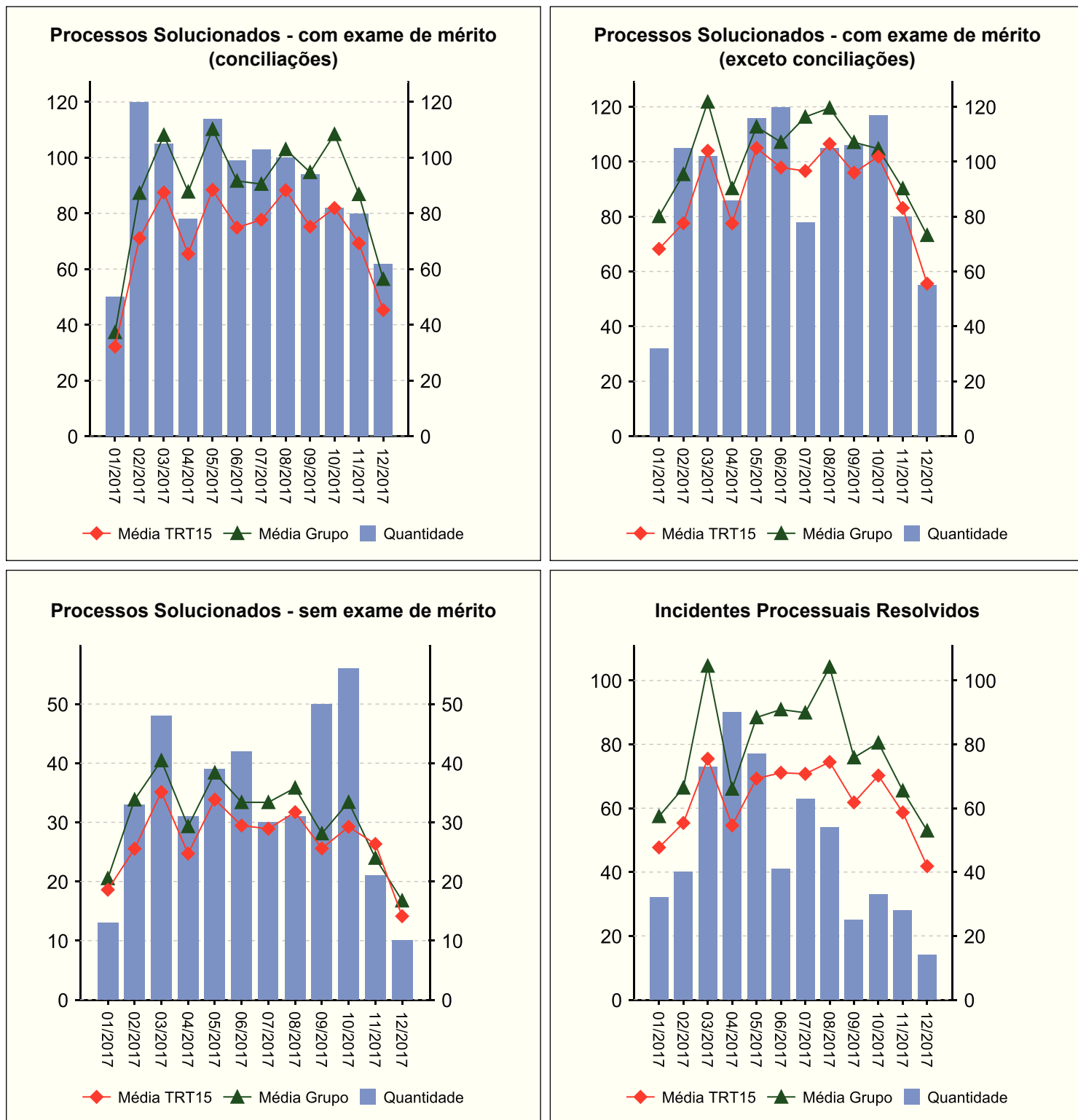
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	901	75,1	37,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	1.035	86,3	43,5
Sessões de audiência realizadas - una	1.470	122,5	61,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	20	1,7	0,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	107	8,9	4,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.505	208,8	105,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	127	10,6	5,3
Dias-Juiz	713	59,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	18.699	53,7	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.586	47,7	---



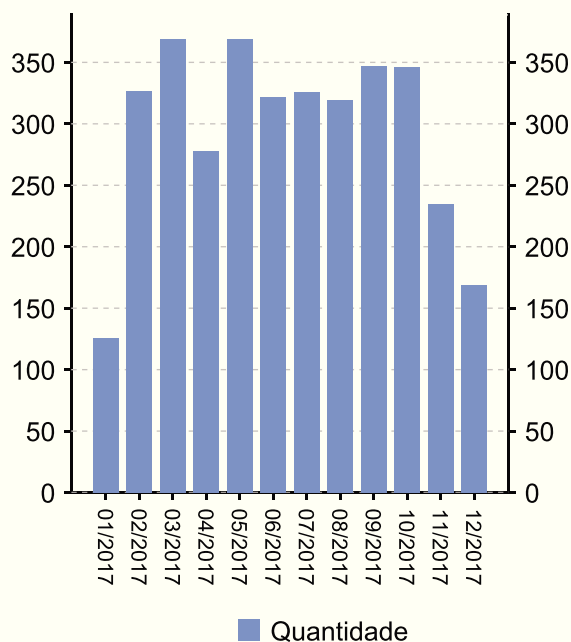
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

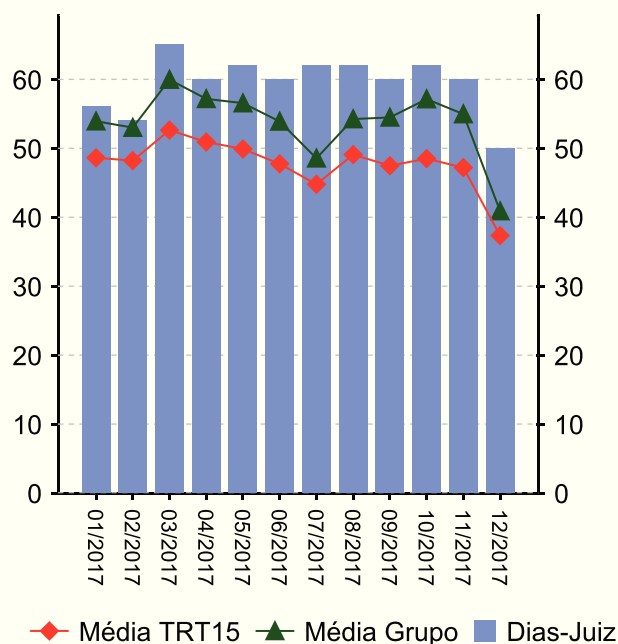
Resumo - Audiências

Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2017	1	0	61	28	36	126
02/2017	1	0	153	81	92	327
03/2017	0	25	155	98	91	369
04/2017	0	0	122	85	71	278
05/2017	0	6	144	91	128	369
06/2017	2	6	110	97	107	322
07/2017	5	3	128	92	98	326
08/2017	1	1	24	85	208	319
09/2017	0	37	2	107	201	347
10/2017	2	0	1	111	232	346
11/2017	0	13	1	93	128	235
12/2017	8	16	0	67	78	169
Total	20	107	901	1035	1470	3533

Dias-Juiz



Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
01/2017	56
02/2017	54
03/2017	65
04/2017	60
05/2017	62
06/2017	60
07/2017	62
08/2017	62
09/2017	60
10/2017	62
11/2017	60
12/2017	50
Média Mensal	59,4



CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.140	95,0	47,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.017	84,8	42,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.157	179,8	89,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	443	36,9	18,4
Incidentes Processuais Resolvidos	533	44,4	22,1
Dias-Juiz	723	60,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	31.351	90,1	52,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	31.878	91,6	53,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	63.229	181,7	105,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	11.630	33,4	19,3
Incidentes Processuais Resolvidos	21.656	62,2	36,0
Dias-Juiz	18.037	51,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.892	69,7	45,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	136.918	74,6	48,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	264.810	144,2	94,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.547	27,5	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	95.893	52,2	34,2
Dias-Juiz	84.054	45,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

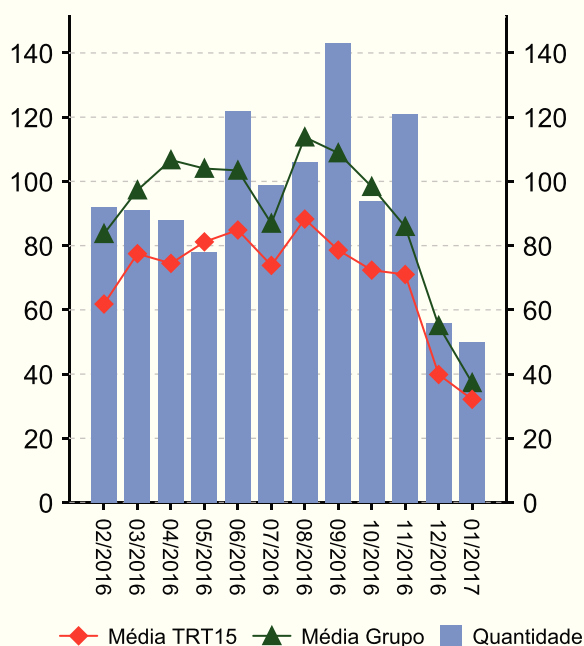
CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

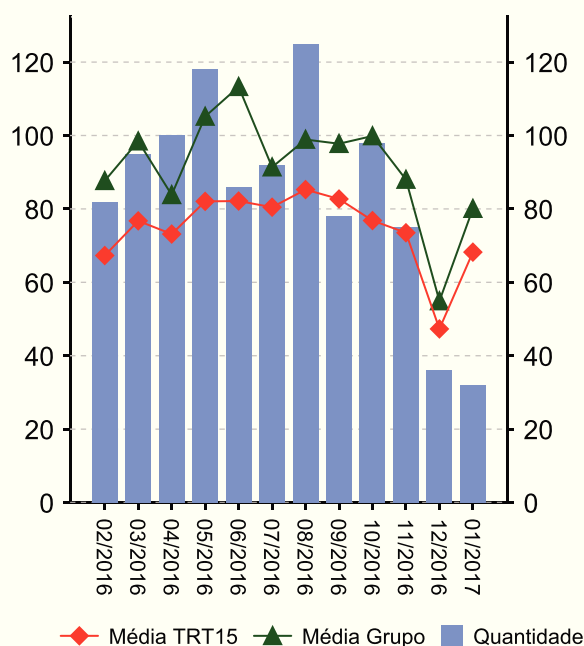
(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos

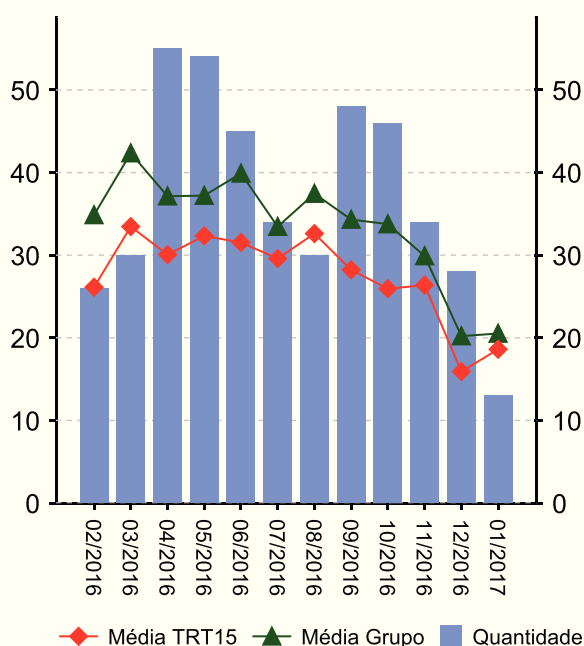
Processos Solucionados - com exame de mérito (conciliações)



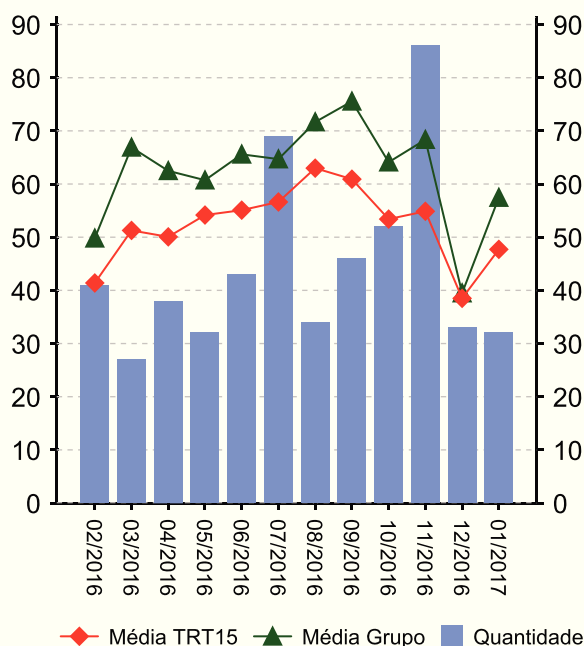
Processos Solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações)



Processos Solucionados - sem exame de mérito



Incidentes Processuais Resolvidos





CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.824	152,0	75,7
Sessões de audiência realizadas - instrução	1.112	92,7	46,1
Sessões de audiência realizadas - una	615	51,3	25,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	33	2,8	1,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	242	20,2	10,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.727	143,9	71,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	275	22,9	11,4
Dias-Juiz	723	60,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	18.037	51,8	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	84.054	45,8	---



CORREIÇÃO ANTERIOR

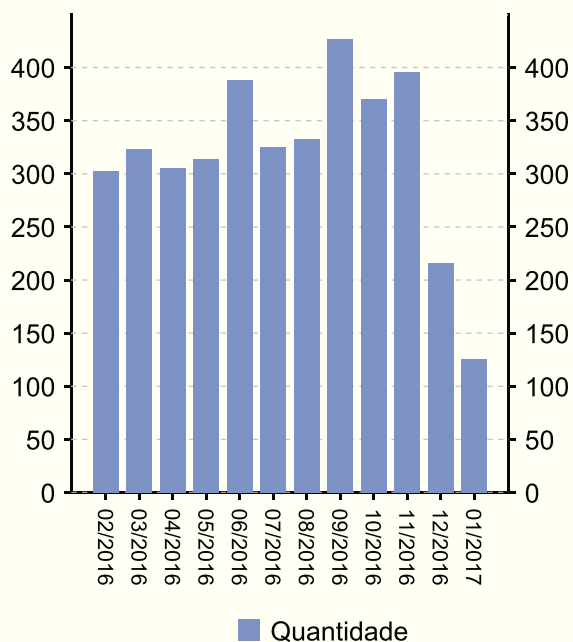
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

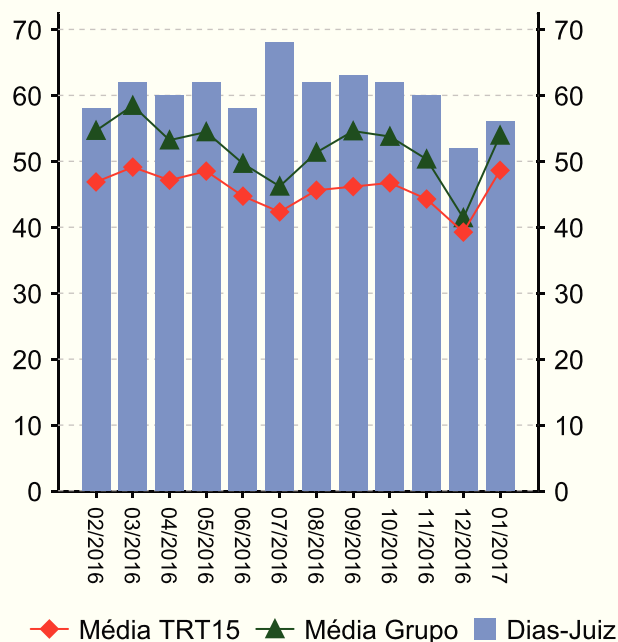
Resumo - Audiências

Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
02/2016	4	3	155	94	47	303
03/2016	6	4	170	104	39	323
04/2016	1	11	148	103	42	305
05/2016	3	9	158	103	41	314
06/2016	2	28	187	121	50	388
07/2016	3	8	169	114	31	325
08/2016	4	9	159	97	64	333
09/2016	2	51	199	104	71	427
10/2016	0	34	172	84	80	370
11/2016	4	59	152	104	77	396
12/2016	3	26	94	56	37	216
01/2017	1	0	61	28	36	126
Total	33	242	1824	1112	615	3826

Dias-Juiz



Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
02/2016	58
03/2016	62
04/2016	60
05/2016	62
06/2016	58
07/2016	68
08/2016	62
09/2016	63
10/2016	62
11/2016	60
12/2016	52
01/2017	56
Média Mensal	60,3



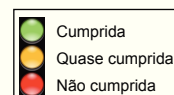
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

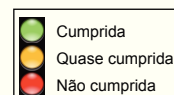
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2805	2593	2525	0	234	216	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

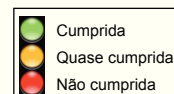
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2747	2472	2537	0	216	53	24 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
255	340	230	0	21	28	100 %





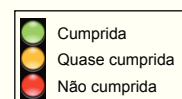
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

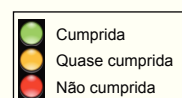
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
11	12	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
474	504	455	89 %





12 - ARRECADAÇÃO [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 60.245,11	R\$ 30.912,45	R\$ 248,97	R\$ 1.608.513,52



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2010	1
2013	3
2014	9
2015	206
2016	1359
2017	2558



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
3627	12	2	14	2

Fonte: Portaria GP nº 39/2017

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 39/2017, de 26/06/2017, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 13 servidores (mais 2 Oficiais de Justiça) está abaixo dos parâmetros fixados na referida Portaria. Nesse sentido, a gestora da unidade informa que três dos quatro servidores requisitados voltaram para seus órgãos de origem e já ocorreu a substituição por um servidor do quadro em fevereiro último. Tem notícia de que outros dois servidores do quadro comporão a equipe: um, em fevereiro e outro, até junho próximo.

Além disso, foi informado pelo gestor que na Unidade também atuam os assistentes de Juiz:

- Cláudia Hernandez Mauro – Assistente do Juiz Titular Rodarte Ribeiro
- Gisele Basso Garres – Assistente do Juiz Substituto Luis Furian Zorzetto

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 15/3/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	15 /12 /2017	Data de corte:	15 /12 /2017
Saldo:	1458	Saldo:	515
Data do mais antigo:	17/3/2017	Data do mais antigo:	25/7/2016
		Total:	1973



15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,67.

Esse resultado reflete, em parte, a elevação nos últimos meses da TCC – taxa de congestionamento no conhecimento, de 0,64 em 01/2017 para 0,67 em 12/2017, da mesma forma, a TCE – taxa de congestionamento na execução, no mesmo período apresentou variação bastante negativa (de 0,66 em 01/2017 a 0,76 em 12/2017), inspirando atenção.

Por outro lado, como registrado no item anterior, foi informada a existência de saldo de processos sem tramitação superior à metade da média trienal de processos recebidos.

A Unidade participou do Projeto Apoia15 da Corregedoria Regional, tendo apresentado plano de ação com base no método 5W2H e desenvolvimento por meio da análise do ciclo PDCA, para desenho do novo processo de trabalho. Referido plano foi homologado pela Corregedoria e encerrado em 22/2/2017. Em 15/8/2017 foi apresentado novo plano. Após, informaram a execução de força tarefa entre 29/9/2017 a 19/1/2018. No entanto, o plano de trabalho da unidade necessita de ajustes para atingir o objetivo proposto. As atividades estão relatadas no Pedido de Providências 76/2017.

15.3 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 15/3/2018)

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há.

B) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G):

Não há.

C) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJ-e):

Não há.



16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – se pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0012826-61.2015.5.15.0011, 0010839-24.2014.5.15.0011 e 0011385-79.2014.5.15.0011.

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0000788-85.2013.5.15.0011, 0178700-45.2008.5.15.0011 e 0002708-94.2013.5.15.0011.

16.3 – ainda não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, além disso a Unidade ainda não adota o procedimento de incidente de desconconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 15/3/2018, verificou-se a existência de 180 protocolos nos últimos 12 meses, com 3 pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0003039-81.2010.5.15.0011, 0012785-94.2015.5.15.0011 e 0010285-84.2017.5.15.0011);

16.5 – há audiências designadas em 4 dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação alguns processos na fase de execução – foram realizadas 107 no período de 01/2017 a 12/2017;

16.7 – não exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de



conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,74 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Barretos apresenta 74% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 59,4 dias-juiz nos últimos doze meses, superior à média do grupo (53,7).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 45,7 processos solucionados por meio de conciliações, inferior à média de referido grupo (RARIA 49,4). Ainda, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, também considerando a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA), foi de 46,4, novamente abaixo da média do grupo, de 56,7 (RARIA). Com isso, a média total de solucionados com exame de mérito foi de 92,1 (RARIA) na Unidade ficou abaixo da média do grupo (RARIA 106,1) no mesmo período.

Nesse sentido, destaca-se também não ter sido cumprida no último ano a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento, com 89% de cumprimento) – conforme item 11.

Diante disso, determina-se que a Vara do Trabalho de Barretos envide esforços para solucionar uma quantidade maior de processos visando à redução do prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, prazo médio que se elevou em comparação com o resultado verificado na última correição (de 477 para 502).



18 – AUDIÊNCIAS

Nesta data, 04/04/2018, a gestora da unidade retifica os dados do quadro de audiências informado por meio do formulário encaminhado a Corregedoria, sendo correto que há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	23/01/2019	55	314
INICIAIS/ Sum:			
UNAS/ Ord:	04/09/2019	72	538
UNAS/Sum:	28/11/2018	Automática	258
INSTRUÇÕES/Ord:	04/09/2019	10	538
INSTRUÇÕES/Sum:	22/11/2018	0	252
CONCILIAÇÃO:	-	-	
MEDIAÇÃO:	-	-	

Observação: Foi informado pela Unidade que processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos na pauta, ocorrendo a primeira audiência antes da realização da perícia. A pauta é automatizada e também é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade não feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã						
	tarde						
quarta	manhã	2	6	3			11
	tarde	2	6	3			11
quinta	manhã	2	6	3			11
	tarde	8		1			9
sexta	manhã						
	tarde						



18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	8		1			9
	tarde	2	6	3			11
terça	manhã	2	6	3			11
	tarde	2	6	3			11
quarta	manhã						
	tarde						
quinta	manhã						
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando são realizadas audiências de mediação na fase de liquidação, conduzidas pela calculista, que está participando de curso oferecido pela Escola Judicial, sob a supervisão do magistrado.

Considerando o acervo da Unidade, especialmente na fase de conhecimento (total de 9163 processos, dos quais 6797 estão em fase de conhecimento – 1265 aguardando encerramento da instrução processual – item 4 da Ata) e o elevado prazo médio na respectiva fase (502 dias – item 7.1 da Ata), além de haver servidor capacitado para a mediação, sugere-se intensificar a realização de audiências de tentativa de conciliação para solução dos feitos, seja por meio de mediação ou de audiências de tentativa de conciliação.

Frise-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios.

18.3 – ANÁLISE:

Proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados, a Unidade realizou média (RARIA) de 105,4 audiências unas e de instrução, resultado maior que o verificado na última correição, de RARIA 71,7 (item 10.2).



O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 502 dias, maior que o de seu grupo (353 dias). Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 321 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 550 dias. Indica-se assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo, mas ainda com prazos significativamente elevados.

Em comparação com o verificado na última correição, esse prazo médio aumentou de 477 para 502 dias.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 1265, embora seja uma quantidade superior que a média de seu grupo (1050), demonstra pequena diminuição desde a última correição (era de 1327). Esses esforços são reconhecidos e necessitam ser mantidos para além de reduzir o saldo, também diminuir futuramente os prazos médios na Unidade.

Sugere-se, outrossim, que as audiências de mediação a serem intensificadas consistam em designações onde não seja necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia), na forma do projeto “Mediação/UNA”. E, se não obtida a solução consensual, que se designe a audiência de instrução, se o caso. Outra sugestão é designar “Mediação/INI”, em processos com pedido de perícia, para a qual a ré deve apresentar a defesa, com os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia.

19 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da unidade a toda a equipe, foi realizada reunião com a gestora e seu assistente.

O acervo físico é de 18% e a Vara está enquadrada no grupo de 2.501 a 3.000 por ano. No ano de 2017 foram recebidos 2.805 novos feitos.

A Unidade participou do Projeto Apoia15 da Corregedoria Regional, tendo apresentado plano de ação com base no método 5W2H. Referido plano foi homologado pela Corregedoria e encerrado em 22/2/2017. Em 15/8/2017 foi apresentado novo plano. Após, informaram a execução de força tarefa entre 29/9/2017 a 19/1/2018. O plano de ação e o planejamento serão retomados tão logo o quadro de servidores seja recomposto.

Notificações eletrônicas. A unidade informa que a grande demandada JBS deu o seu aceite para recebimento de notificações eletrônicas, cuja implementação está em curso



para conclusão em 30 dias. Nesta fase transitória, serão mantidas as duas modalidades de notificação, por correio e por e-mail, a pedido das rés, pelo prazo de 30 dias.

Constata-se a implantação do procedimento de que pagamentos parcelados sejam efetivados em conta bancária do patrono do reclamante, o que revela observância à Recomendação CR nº 06/2017 que dispõe sobre o procedimento para pagamento do débito nas ações trabalhistas, com destaque para o parcelamento.

A gestora esclarece que a participação de um servidor em mais de uma equipe (conhecimento e execução) decorreu de sua atuação, como substituto, de um dos três servidores, cuja requisição foi suspensa. Até então, dois deles compunham a equipe de pré-pauta, onde aquele passou a atuar extraordinariamente em dois dias na semana. Essa atuação será suspensa, na medida em que ocorrerem as novas lotações (10/abril e 13/junho).

No tocante à migração de processos para o PJe, a unidade informa que, efetivado o saneamento, já encaminhou o pedido de autorização para a Corregedoria para dar continuidade ao procedimento.

Processos sem tramitação, no prazo de noventa (90) dias. Constata-se que, em outubro de 2016, a unidade praticamente esteve com o número zerado de processos sem tramitação. Pouco antes desse período, houve perda de servidores: a equipe de pré-pauta que contava com quatro servidores, tem atualmente dois deles, além da ajuda extraordinária de servidor da equipe de execução, conforme acima; na fase instrutória e pós-sentença, a composição se dava com três servidores e, atualmente, conta com dois; equipe da fase de liquidação contava com quatro servidores passou para dois; e, por fim, a equipe de execução que contava com cinco servidores e passou a ter três. A expectativa para o presente ano é melhor, seja pela administração predial estar restrita a somente uma edificação, seja pelos novos procedimentos, por exemplo, com relação a atendimento de balcão.

A gestora se compromete a definir o terceiro membro do trio gerencial, conforme Portaria GP-CR Nº 25/2013, após análise e observada a paulatina recomposição e condições mínimas de lotação.

Informaram que o método de trabalho é feito baseado nas tabelas dinâmica no SAP e por meio de análise de pendências no PJE. A gestora noticia que é desenvolvida a competência gerencial com a utilização de relatórios do e-GESTÃO. Nesse sentido, a Corregedoria orienta pela consulta periódica dos relatórios Resumo, Espelho e Gerencial. A mesma orientação se estende aos orientadores de fase, cujas consultas aos relatórios devem ser estimuladas. Priorização da gestão compartilhada.



Procedimento na perícia (Processo incluído em pauta de audiência: 0012424-43.2016.5.15.0011). Designação de audiência INI, com nomeação de perito em audiência; Data, horário e lugar da perícia serão comunicados pelo perito diretamente às partes; os quesitos e indicação de assistentes técnicos deverão ser apresentados no processo, no prazo de 8 dias; determinados em ata todos os prazos para manifestações e juntadas (réplica, laudo, esclarecimentos e etc). Toda a documentação pericial deverá apresentada somente depois de concluídos todos os trabalhos periciais (laudo, impugnações e esclarecimentos). Há determinação para depósitos dos honorários prévios diretamente na conta do perito, com comprovação nos autos e envio do comprovante ao perito, via e-mail. A audiência em prosseguimento é designada na mesma audiência/mesmo ato.

Procedimento da liquidação. Verificou-se, em diversos processos (p. ex. 0003040-66.2010.5.15.0011), um despacho padrão para início da liquidação, que determina:

- apresentação de cálculos de liquidação em 20 (vinte) dias, os quais terão força de sentença de liquidação;
- a reclamada deverá elaborar os cálculos de acordo com os limites e parâmetros traçados pela coisa julgada (parcelas e limites fixados na decisão), com a inclusão de honorários periciais e advocatícios, custas, e quaisquer outras despesas processuais. No mesmo prazo, devem estar quitados;
- não apresentados os cálculos do devedor ou caso apresentados em desacordo com os limites e parâmetros do julgado, autos seguirão conclusos para que a providência seja adotada pela parte reclamante ou, mediante nomeação de perito contábil;
- apresentados os cálculos do devedor, que serão recebidos com força de sentença de liquidação, e não efetuado o pagamento total dos valores devidos ou verificado o inadimplemento das parcelas às quais se programou o devedor (no caso de pagamento parcelado), autos seguirão conclusos para deliberações;
- apresentados os cálculos do devedor, que serão recebidos com força de sentença de liquidação, e efetuado o pagamento, liberar-se-ão os valores aos respectivos credores, que serão intimados para, no prazo preclusivo de 8 (oito) dias, apresentarem impugnação à sentença de liquidação, o que já atrairá o requerimento do oportuno início da execução;
- caso oposta a impugnação à sentença de liquidação, o devedor deverá ser intimado para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias. Decorridos, remeter-se-ão os autos à contadoria do juízo para análise quanto ao julgamento imediato ou, em se tratando de cálculos complexos, para nomeação de perito contábil para



conferência/elaboração de laudo;

- não havendo impugnação à sentença de liquidação, ocorrerá preclusão e a presunção será de que seus créditos restaram plenamente atendidos. Assim, os autos seguirão conclusos para extinção da fase de liquidação/cumprimento do julgado.

A priorização para o início da execução foi dado com a atuação exclusiva por um servidor. Ainda, a nova servidora lotada no quadro também passou a atuar nesse início.

Constata-se que são realizadas mediações pelo CEJUSC de São José do Rio Preto, com pautas previamente programadas para o ano todo, com média de 6 pautas por ano, cada uma com cerca de 26 processos em média, com a participação efetiva de servidores da Vara, inclusive para a separação dos processos. Segundo os gestores, os resultados são excelentes. Assim, determina-se a intensificação dessas pautas, mormente em processos na fase de execução.

Não há exaurimento das iniciativas do juiz objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização das ferramentas, bem como não é enviada uma certidão circunstanciada das diligências já cumpridas no juízo de origem quando do envio de diligências a serem cumpridas por oficiais de outra jurisdição, tampouco estão sendo utilizadas as informações colhidas na investigação anterior, o que acarreta retrabalho.

Não estão sendo cadastradas pelos Oficiais de Justiça no sistema DILIGÊNCIA15 as diligências decorrentes das cartas precatórias ou cartas de ordem, assim como dos mandados recebidos de outras Unidades da 15ª Região oriundos de processos físicos. Orienta-se que o sistema DILIGÊNCIA15 seja alimentado corretamente.

Observou-se que a Vara não utiliza o Rascunho de forma adequada, razão pela qual a gestora deverá apresentar o vídeo “dicas da Corregedoria nº 28 que trata do rascunho/anotações no sistema EXE15.

Constata-se que o Magistrado Titular da unidade deu ênfase à gestão de processos, por meio de relatórios, e não, pelas postulações de balcão, o que resulta na melhor prestação da tutela jurisdicional. Por se tratar de procedimento semeado pela Corregedoria, registram-se elogios.

20 – RECOMENDAÇÕES:

Recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que ao menos no PJe fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas



das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – Encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

21.3 – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

21.4 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

21.5 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 5, JT (reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016), com 89% de cumprimento.

21.6 – após a elaboração do plano de ação, deverá a gestora apresentar, mediante envio de Pedido Complementar no PP da Unidade (PROAD), o Processômetro da Unidade, modelo disponível na Extranet, no menu “Jurídico – Orientações da Corregedoria – Processômetro”. Registra-se a necessidade de a cada 60 dias, a contar da publicação da presente ata, anexar ao PROAD nº 76/2017 a quantidade atualizada de processos ainda sem tramitação com a data de corte apontada no “item 15.1” para acompanhamento da redução do passivo da unidade.



21.7 – definir os demais membros do trio gerencial, conforme Portaria GP-CR Nº 25/2013;

21.8 – desenvolver competência do trio gerencial para utilizar os relatórios do e-GESTÃO, os quais estão disponibilizados pela CGJT no endereço eletrônico “<http://novoegestao.tst.jus.br/BOE/BI/>”, com o nome de usuário “consulta@trt15.jus.br”, para consulta dos relatórios Resumo, Espelho e Gerencial”;

21.9 – priorizar os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução, para início célere da execução, bloqueio de valores, e migração para o PJe;

21.10 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição – especialmente considerando sua redução desde a última correição (de 242 para 107 audiências);

21.11 – utilizar as ferramentas eletrônicas e convênios de acordo com o previsto no Provimento GP-CR nº 05/2015 e alterações subsequentes, bem como Ordens de Serviço desta Corregedoria que definiram as atribuições dos GIEs e Oficiais de Justiça.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 16/3/2018 e 22/3/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0010233- 88.2017.5.15.0011	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos - 2017/09 - 1ª Quinzena" pendente desde 18/5/2017. Em 17/5/2017 foi homologado acordo para pagamento em 4 parcelas, a última vencida em 10/9/2017. Não há notícia de descumprimento ou qualquer movimentação. Há outros processos em situação semelhante, inclusive na fase de liquidação (0010956-78.2015.5.15.0011).	Verificar pendências e possibilidade de arquivamento.
2	0010981- 23.2017.5.15.0011	Processo eletrônico na tarefa "Análise do Conhecimento" desde 26/9/2017. Há despacho datado de 27/6/2017 dando a prestação jurisdicional como cumprida e	Analisar e tramitar o processo com efetividade, sem o fracionamento de tarefas, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		determinando o arquivamento. Não houve qualquer movimentação posterior. Há outros 41 processos pendentes na tarefa.	Intensificar a gestão para que os feitos não permaneçam em tarefas intermediárias.
3	0011421-19.2017.5.15.0011	Processo eletrônico na tarefa "Intimações automáticas com pendências - Con" desde 7/6/2017, quando houve decisão determinando a intimação do embargado pra contestar a ação. A intimação da parte não foi feita até a presente data. O processo encontra-se sem tramitação há mais de 9 meses. Há outros 60 processos pendentes de intimação na tarefa.	Tramitar os processos. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
4	0010357-42.2015.5.15.0011	Processo eletrônico na tarefa "Prazos vencidos" desde 15/8/2017. Partes intimadas para apresentarem contrarrazões ao recurso adesivo até 14/8/2017. Processo pendente de remessa ao 2º grau desde então. Há 780 processos pendentes na tarefa. Em situação semelhante os processos da mesma tarefa da fase de liquidação e execução, a exemplo do 0010258-72.2015.5.15.0011.	Analisar e tramitar o feito, bem como aqueles que se encontrem em situação semelhante.
5	0011434-52.2016.5.15.0011	Processo eletrônico na tarefa "Preparar ato de comunicação". Em 31/10/2017 foi prolatada sentença. Não houve intimação das partes desde então. O processo encontra-se sem tramitação há mais de 4 meses. Há outros 31 processos pendentes na raiz da tarefa.	Tramitar os processos sem paralisações injustificadas na tarefa, ou a criação de subcaixa para controle da data adequada para o ato de comunicação, se necessário. Ressalva-se que os feitos que aguardam audiência podem permanecer nas subcaixas para controle de prazos.
6	0012205-30.2016.5.15.0011	Processo eletrônico na tarefa "Publicar DJe - Con" desde 17/7/2017, injustificadamente. Houve determinação de apresentação de endereço da reclamada, que foi cumprido em 25/7/2017. O processo não foi tramitado desde então e está pendente de designação de audiência. Há outros 232 processos pendentes da tarefa.	Tramitar o processo sem paralisações injustificadas na tarefa, ou a criação de subcaixa para controle da data adequada para o ato de comunicação, se necessário.
7	0010532-65.2017.5.15.0011	Processo eletrônico na tarefa "Redistribuição" desde 4/9/2017.	Dar prosseguimento ao feito.
8	0001321-44.2013.5.15.0011	Processo eletrônico na tarefa "Iniciar liquidação" desde 28/6/2017, quando o processo foi migrado ao processamento eletrônico. Não houve qualquer movimentação posterior. Há outros processos em situação	Tramitar o processo e intensificar a gestão para que feitos não permaneçam em tarefas intermediárias.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		semelhante. Verifica-se que há, também, 120 processos pendentes na mesma tarefa da fase de execução, a exemplo do 0002749-95.2012.5.15.0011.	
9	0003087-35.2013.5.15.0011	Processo eletrônico na tarefa "Iniciar liquidação", desde 12/7/2017 quando o processo foi migrado ao processamento eletrônico. Há petição de acordo, não analisada, datada de 25/7/2017. Não houve qualquer movimentação posterior. Há outros processos em situação semelhante.	Tramitar o processo e intensificar a gestão para que feitos não permaneçam em tarefas intermediárias.
10	0001172-53.2010.5.15.0011	Processo eletrônico na tarefa "Minutar Despacho – Liq" desde 9/3/2017, quando foi migrado ao processamento eletrônico. Verifica-se que o feito se encontra parado na tarefa desde então. Em situação semelhante os processos da tarefa "minutar expediente de secretaria".	Tramitar o processo e intensificar a gestão para que feitos não permaneçam em tarefas intermediárias.
11	0002312.54.2012.5.15.0011	Processo eletrônico na tarefa "análise de execução" pendente desde 20/3/2017. Em 27/3/2017 foi juntada a guia de depósito do pagamento da condenação, não apreciada até o momento desta pesquisa. Há outros 109 processo parados na tarefa.	Tramitar o processo, assim como os que se encontrem em situação semelhante. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
12	0010899-94.2014.5.15.0011	Processo eletrônico na tarefa "Preparar ato de comunicação" pendente desde 23/11/2017. Foi expedido alvará, mas a parte não foi notificada. Há, também, pendências na tarefa "preparar comunicação, desde 17/10/2016 (processo 0010945-83.2014.5.15.0011.)	Tramitar o processo. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Ressalva-se que os feitos que aguardam audiência podem permanecer nas subcaixas para controle de prazos.
13	0002000-49.2010.5.15.0011	Processo eletrônico na tarefa "Registrar bloqueio bacen" desde 7/3/2017. Há outros 18 processos pendentes na tarefa.	Tramitar o processo. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Ressalva-se que os feitos que aguardam audiência podem permanecer nas subcaixas para controle de prazos.
14	0011172-05.2016.5.15.0011	Processo eletrônico na tarefa "Registrar obrigações de pagar" desde 23/11/2017. Há outros 67 processos pendentes na mesma tarefa. Situação semelhante	Reitera-se a necessidade de tramitação dos feitos com efetividade, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		ocorre na tarefa "Registrar pagamentos ou despesas processuais".	
15	0209000-87.2008.5.15.0011	Processo físico, migrado ao processamento eletrônico com última ocorrência "DCA - DEVOLUÇÃO DE CARGA" desde 18/09/2017. Verifica-se que o processo foi devolvido de carga pelo perito.	Regularizar do andamento processual, devendo, ainda, atentar-se para as disposições do Ofício Circular nº 01/2016-CR.
16	0110300-96.1996.5.15.0011	Processo físico com última ocorrência "DES - DESPACHO" desde 21/9/2016 quando foi determinada a cumulação de execuções. Verifica-se a existência de outros 27 processos em situação semelhante.	Regularizar do andamento processual.
17	0122000-88.2004.5.15.0011	Processo físico com última ocorrência "LNS - LANÇAMENTO DE SOLUÇÃO" desde 25/5/2017. Verifica-se a existência de outros 9 processos em situação semelhante.	Regularizar do andamento processual.
18	0144600-30.2009.5.15.0011	Processo físico com última ocorrência "ROS - REMETIDO DO OFICIAL À SECRETARIA" desde 26/1/2017. Há outros 2 processos em situação análoga.	Regularizar do andamento processual.
19	0010011-57.2016.5.15.0011	Processo eletrônico. Incidente processual pendente no e-gestão (Exceções de Incompetência Pendentes). Em 13/10/2016 foi arguida a exceção, que foi decidida em audiência realizada em 13/10/2016. Não foi lançado o movimento correto para baixa do incidente. Há outros 6 processos pendentes o relatório do e-Gestão.	Analisar e sanear o feito, bem como dos demais que se encontrarem em situação semelhante.
20	0011874-14.2017.5.15.0011	Processo eletrônico. Incidente processual pendente no e-gestão (Antecipações de Tutela Pendentes). Embargos de terceiro com pedido de antecipação de tutela. Verifica-se que a tutela foi decidida por meio de despacho e não decisão, o que impede a baixa do movimento. Há outros 2 processos pendentes o relatório do e-Gestão.	Analisar e sanear o feito, bem como dos demais que se encontrarem em situação semelhante.
21	0100500-58.2007.5.15.0011	Processo físico migrado para o eletrônico. Incidente processual pendente no e-gestão (Embargos à Execução Pendentes). Em audiência realizada em 28/9/2017 foi entabulado acordo, com última parcela vencida em 2/3/2018. Há outros 59 processos pendentes o relatório do e-Gestão.	Analisar e sanear o feito, bem como dos demais que se encontrarem em situação semelhante.



22	0010711-67.2015.5.15.0011	Processo físico. Incidente processual pendente no e-gestão (Embargos à Adjudicação Pendentes). Verifica-se que, em verdade, trata-se de embargos de declaração protocolizados em 28/8/2017 como Impugnação à Adjudicação. Embargos, inclusive, não levados, ainda, à conclusão para decisão.	Analisar e sanear o feito, bem como dos demais que se encontrarem em situação semelhante.
23	0000803-20.2014.5.15.0011	Processo físico na variável 342 do e-GESTÃO. Em 29/11/2017 foi registrada a ocorrência "TRA-Transito em Julgado em 16/8/2017".	Sanear os lançamentos para a baixa do feito., assim como dos demais em situação semelhante.
24	0317200-62.2006.5.15.0011	Processo físico na variável 144 do e-GESTÃO. Em 15/9/2017 foi registrada a ocorrência "PJE-Migrado ao Processamento Eletrônico".	Sanear os lançamentos para a baixa do incidente, assim como dos demais em situação semelhante.
25	0089800-57.2006.5.15.0011	Processo físico na variável 150 do e-GESTÃO. Em 25/9/2017 - foi registrada a ocorrência "TRA-Transito em Julgado em 28/11/2016".	Sanear os lançamentos para a baixa do feito, assim como dos demais em situação semelhante.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Compareceu o Presidente da OAB – 189ª Subseção de Guairá Dr. Luiz Roberto Bonjorno, com a proposta de criação de um Posto Avançado para Guairá, uma vez que o Tribunal Regional já tem terreno doado pela Prefeitura, que poderá emprestar um prédio seu, enquanto não tenha sido construído o posto avançado. Apresenta a planta baixa com a localização do terreno.

Comparecem ainda, da 7ª Subseção de Barretos, sua Presidente Dra. Leticia de Oliveira Catani (OAB/SP 243.521), seu Vice-Presidente Dr. Belisário R. Leite Neto (OAB/SP 243.400) e os advogados Dr. Luiz Henrique Goulart Gouveia (OAB/SP 357.324), Dr. Rodrigo Falchi Souza (OAB/SP 355.238), Dr. Antenor Monteiro Corrêa (OAB/SP 111.550), Dr. Ângelo Cleiton Nogueira (OAB/SP 228.997) e o Dr. Júlio Henrique da Silva Dias (OAB/SP 330.472), em comitiva, pleiteiam celeridade nos alvarás de levantamento, prioridade aos processos preferenciais, migração com efetividade e apontam demora na remessa de processos para o Tribunal Regional.

No tocante ao pedido de emissão de comunicado relativo a depósito, em conta de advogado, das parcelas de acordo, a Corregedoria os faz saber da Recomendação CR nº 06/2017 que dispõe sobre o procedimento para pagamento do débito nas ações



trabalhistas, com destaque para o parcelamento.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – O MM. Juiz Titular Rodarte Ribeiro está autorizado a residir fora da jurisdição (PA 0000232-73.2015.5.15.0897).

24.2 – O Juiz Substituto Auxiliar Fixo Luis Furian Zorzetto está autorizado a residir fora da sede da circunscrição (PA 0000151-61.2014.5.15.0897).

24.3 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença e autorizações para residência.

24.4 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 4 de abril de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.